

POLÍTICA GOVERNAMENTAL/ENSINO PARTICULAR/ENSINO SUPERIOR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Governo dá luz verde a 9 universidades

FORAM enviados para publicação no «Diário da República» os despachos do ministro da Educação e Cultura que reconhecem a existência e a capacidade de funcionamento de nove novas escolas de ensino superior, distribuídas pelo Porto e por Lisboa.

São os casos de três universidades (a Universidade Portuguesa, a Universidade Lusitana e a Universidade Autónoma Luís de Camões) e ainda da Escola Superior de Jornalismo e dos cursos superiores artísticos «Arvores» (duas instituições do Porto), bem como dos já conhecidos — mas só agora oficialmente reconhecidos — institutos superiores de Gestão, de Novas Profissões, de Línguas e Administração e de Psicologia Aplicada, todos de Lisboa.

As três primeiras escolas superiores autorizadas resultam, como referiram ao EXPRESSO alguns especialistas atentos ao movimento de bastidores que precederam e acompanharam a preparação dos respectivos processos burocráticos, do clima de indefinição em que se encontravam questões de «propriedade» e de «edição» de uma outra instituição semelhante, a Universidade Livre, estabelecida simultaneamente em Lisboa e no Porto, com a consequente insegurança para os estudantes que ali seguiam alguns cursos. Recordar-se que a situação da Universidade Livre se deteriorou, pelo menos quanto à imagem que oferecia no exterior, quando, a determinada altura de um processo agitado que envolveu movimentações de ruas e tribunais, se estabeleceu num palácio da Junqueira, em Lis-

boa, uma segunda escola superior que se reclamava da mesma designação, invocando os seus responsáveis, aliás, a legitimidade da respectiva titularidade — situação que era, naturalmente, contestada pelo grupo de pessoas que se manteve nas instalações da Rua de Vitor Cordon.

A decisão do ministro de fazer publicar os despachos apresenta-se pouco pacífica, embora corresponda, como nos disseram algumas fontes próximas do Governo, a uma atitude de abertura e de responsabilização do sector privado no capítulo do ensino superior, procurando aplicar a esponja da lei sobre processos complicados que vinham enquistando algumas escolas superiores, prejudicando os próprios alunos e engrossando perigosamente a já longa coluna dos candidatos às faculdades que funcionam na dependência do Estado — uma vez que a Universidade Católica parece não ser afectada por todas estas movimentações, a que é obviamente alheia.

O EXPRESSO não conseguiu saber, no Ministério da Educação, se havia outros processos em análise para a abertura de novas escolas superiores, mas conhece-se pelo menos um caso bastante polémico que o MEC tem em mãos, que é o do reconhecimento de duas faculdades de Odontologia, de base cooperativa, iniciativa contra a qual está a Ordem dos Médicos, com a alegação de que tais cursos não oferecem garantia do ponto de vista das necessidades do doente.

J. H. C.

UNIVERSIDADE VORA

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política educativa
Ensino Particular